



**ILUSTRÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR, POR INTERMÉDIO DA DOUTA COMISSÃO
TÉCNICA DE JULGAMENTO, DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO
SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**

REF.: EDITAL Nº 08/2023 - CODEVASF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59520.000357/2023-66-E

LOTE 103

AGROTECH BARRETO AGROPECUÁRIA LTDA., razão social da sociedade empresária de nome fantasia **AGROTECH BARRETO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na SCN, Quadra 02, Bloco A, S/N, Sala 303, Edifício Corporate Financial Center, Asa Norte, Brasília/DF, CEP nº 70.712-900, inscrita na CNPJ sob o nº 52.027.799/0001-03, neste ato representada pelo seu sócio-administrador, na forma do seu contrato social (**Anexo 1**), vem respeitosamente perante Vossa Excelência, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Com efeito suspensivo

Nos termos do subitem 10.2 do Edital nº 08/2023 – CODEVASF, em face do resultado da fase de habilitação em relação ao Lote 103, divulgada por meio da Ata nº 004/2023, em 2 de outubro de 2023, fazendo-o nos termos dos substanciosos argumentos fáticos e jurídicos expostos nas razões em anexo.

Antecipadamente, todavia, antes de ser submetido o presente Recurso Administrativo à apreciação superior, requer, nos termos do subitem 10.4 do Edital, seja **reconsiderada** a decisão que declarou habilitada, para o Lote 103, a Sr^a Carmen Pereira



Gomes Silva, haja vista, conforme evidenciado nas razões em anexo, ela não preenche, nem minimamente, os requisitos de habilitação.

Caso esta Douta Comissão não entenda pela imediata reconsideração da vossa decisão, o que se admite somente para argumentar, requer que o presente Recurso Administrativo seja recebido, processado e encaminhado para a autoridade superior, a fim de que sejam analisadas as razões recursais e, posteriormente, proferido julgamento em relação a eles, **com a consequente inabilitação da Sr^a Carmen Pereira Gomes do certame em relação ao Lote 103.**

Nestes termos, pede deferimento.

Irecê/BA, 5 de outubro de 2023.

AGROTECH BARRETO AGROPECUÁRIA LTDA.

Edvaldo Costa Barreto Júnior

Sócio-administrador

OAB/BA 64.944

RAZÕES RECURSAIS

Excelentíssimo Senhor Superintendente Regional da CODEVASF,

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do subitem 10.2 do Edital nº 08/2023, o licitante dispõe do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do resultado da fase de habilitação para interpor Recurso Administrativo do resultado da referida etapa.

Considerando-se que a divulgação da Ata nº 004/2023 no Diário Oficial da União ocorreu no dia 4 de outubro de 2023, quarta-feira, contabilizando-se o prazo recursal previsto no subitem 10.2 do Edital, percebe-se que o termo final recairá no dia 11 de outubro de 2023, quarta-feira.

Assim, protocolizada nesta data, não remanesce a menor dúvida acerca da tempestividade da presente irresignação.

2. DA BREVE SÍNTESE DO CASO

Por meio da publicação do Edital nº 08/2023, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF deflagrou a fase externa do certame licitatório cujo objeto é a

Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, maior lance, de forma a viabilizar a ocupação de 02 grupos de lotes e 03 lotes remanescentes da Etapa 1, localizados no Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê, município de Xique-Xique/BA, compreendendo uma área total de 580,5368 hectares, sendo 284,7676 irrigáveis e 295,7692 não irrigáveis.

A forma escolhida foi a PRESENCIAL e o tipo da licitação foi a MELHOR OFERTA.

O certame foi dividido em dois grupamentos de lotes, identificados como Grupo 1 e Grupo 2, bem como em 3 (três) lotes, a saber Lote 1, Lote e Lote 103.

O Lote ora objeto de questionamento é o de nº 103.

Na data aprazada foram recebidos e abertos envelopes da proposta de preço, oportunidade em que se verificou a seguinte sequência de ofertas em relação ao Lote 103:

| LOTE | | | | |
|------|---|--------------------|--------------|-----------|
| 103 | Carmen Gomes Pereira da Silva | 217.964.478-70 | 2.013.000,13 | 16.281,36 |
| 103 | Agrotech Barreto Agropecuária Ltda | 52.027.799/0001-03 | 1.845.000,00 | 16.281,36 |
| 103 | Alexildo Pelágio Gonçalves Portela Júnior | 482.134.625-72 | 1.420.000,00 | 16.281,36 |
| 103 | Isabella Araújo Lima | 070.439.945-86 | 1.302.508,62 | 16.281,36 |
| 103 | BR Fruits Agrícola Ltda | 49.522.133/0001-17 | 1.248.237,42 | 16.281,36 |

Como se observa, a Sra. Carmen Gomes Pereira da Silva ofertou a proposta de R\$ 2.013.000,13 (dois milhões e treze mil reais e treze centavos) e, por essa razão, ocupou a primeira posição do certame.

O ora Recorrente apresentou a oferta de R\$ 1.845.000,00 (um milhão oitocentos e quarenta e cinco mil reais) e, em consequência, passou a ocupar a segunda posição na classificação das propostas de preços.

Ato contínuo, foram abertos os documentos de habilitação.

De posse dos documentos de habilitação, a Douta Comissão procedeu ao exame e, como resultado, declarou habilitada a Sr^a Carmen Gomes Pereira da Silva, ora Recorrida, em que pese os flagrantes descumprimentos do edital por parte da Recorrida, conforme se verá adiante.

Em síntese, é o que consta de relevante nos autos até aqui.

Passemos, então, a demonstrar as razões pela quais a decisão administrativa que habilitou a Sr^a Carmen Gomes Pereira da Silva deve ser revista, culminando na sua inabilitação e, consequente, extirpação do procedimento licitatório.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS

Conforme se demonstrará a seguir, a parte Recorrida deve ser inabilitada do certame, pois: **(i)** não preenche os requisitos econômicos de participação no certame (subitem 4.1 e subitem 8.1.1, “g”, ambos do Edital); **(ii)** apresentou o plano de

implementação repleto de vícios insanáveis; **(iii)** a Recorrida não demonstrou possuir experiência em atividades de irrigação.

Vejamos de forma mais aprofundada cada uma dessas circunstâncias fático-jurídicas que ensejam a inabilitação da Sra. Carmen Gomes Pereira da Silva em relação ao Lote 103.

3.1. Do não preenchimento dos requisitos de ordem econômica

O subitem 4.1 do Edital, na sua parte final, impõe, como condição de participação no certame, que o licitante demonstre possuir Patrimônio Líquido (ou capital social, no caso de licitante pessoa jurídica) mínimo, em moeda corrente nacional, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da Concessão de CDRU do lote/grupo em disputa. Esse é o teor do subitem 4.1:

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da licitação pessoas físicas, entidades civis organizadas sob a forma de pessoa jurídica (incluindo cooperativas e/ou associações), com ou sem fins lucrativos, que pretendam aderir ao modelo de gestão do Projeto Baixo, que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e **que possuam o Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, em moeda corrente nacional, no montante de 10% do valor do total da Concessão de CDRU de cada grupo de lotes/lotes**, prevista no Quadro com áreas, vazão, valor da Concessão e capital social/patrimônio líquido, constante do anexo II do Termo de Referência.
– os negritos são nossos

Com uma clareza solar, o dispositivo editalício ora transcrito impõe um requisito bastante objetivo: se, no caso de pessoa física, o licitante não possuir patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento), não possuirá condições para participar do certame.

Além disso, o subitem 8.1.1, “g”, estabelece também como requisito de habilitação, em reforço ao quanto disposto no subitem 4.1, que a licitante pessoa física deverá apresentar registro de patrimônio líquido no valor estabelecido no anexo II do Termo de Referência.

Nessa ordem de ideias, colhe-se do instrumento convocatório que o valor mínimo estipulado pela CODEVASF em relação ao **Lote 103** foi **de R\$ 1.085.423,85 (um milhão, oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos)**:

| | | | | | |
|----------|--------------------|------------|-----------|--------------|--------------|
| LOTE 103 | Setor 3 - Lote 103 | 620.242,20 | 31.012,11 | 1.085.423,85 | 1.085.423,85 |
|----------|--------------------|------------|-----------|--------------|--------------|

Dessa forma, para poder participar do certame em relação ao Lote 103, o licitante pessoa física deveria **demonstrar** que possui **Patrimônio Líquido não inferior a R\$ 108.542,38 (cento e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos)**.

Todavia, **desse ônus não se desincumbiu a Srª Carmen Gomes Pereira da Silva**. Isto é, a despeito da documentação apresentada, quando é feito o confronto dessa documentação com a realidade fática, percebe-se de forma cristalina que, na realidade, a Recorrida **NÃO dispõe do patrimônio líquido que alega possuir**.

Explica-se:

Com o intuito de demonstrar o preenchimento do requisito do patrimônio líquido, a Sra. Carmen Gomes Pereira da Silva, ora Recorrida, apresentou a sua Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, retificadora, diga-se, em que alegou possuir imóvel no valor de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).

De início, chama a atenção pelo uso repetido do numeral “13” (treze) em todas as representações numéricas da sua proposta. Vejam: (i) na proposta financeira apresentada, o valor foi de R\$ 2.013.013,00; (ii) no valor do imóvel, optou-se por colocar o valor de R\$ 113.000,00.

Tal fato chama a atenção. Isto porque, percebe-se que a Recorrida tem uma **predileção pelo numeral “13”**, o que fez acender a fagulha da curiosidade para entender melhor se os valores apresentados por ela eram de fato firmes ou tratavam-se apenas de **chicana com a coisa pública**.

Qual não foi a surpresa da Recorrente quando, em diligências feitas nos lotes que foram arrematados nas licitações anteriores e no local do imóvel apontado como patrimônio da Recorrida, percebeu-se **que o que almeja a Recorrida é fazer chicana com a coisa pública**.

Expliquemos cada uma dessas constatações e sua repercussão no presente certame.

3.1.1. O imóvel apresentado não possui o valor indicado

Como dito, a Recorrida apresentou como patrimônio o imóvel localizado na Rua do Canal, Povoado de Mirorós, nº 451, Município de Ibipêba/BA, CEP 44970-000, conforme consta da sua DIPJ:

| DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS | | SITUAÇÃO EM | |
|---|-------------|-------------|------------|
| GRUPO | DESCRITAÇÃO | 31/12/2021 | 31/12/2022 |
| TOTAL DE 253M ² (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS METROS QUADRADOS) | | | |
| IM - BRASIL | | | |
| Inscrição Municipal (IPTU): | | | |
| Logradouro: POVOADO DE MIRORÓS | | | |
| Comp.: CASA | | | |
| Município: IBIPÊBA | | | |
| Área Total: 253,0 m ² | | | |
| Registrado no Cartório: Não | | | |
| TOTAL | | 0,00 | 113.000,00 |

Em visita ao local, foi constatada a seguinte edificação:

Vista lateral do imóvel:





Vista frontal do imóvel:



Considerando a localização do imóvel (povoado de Ibipeba) e as suas instalações precárias (conforme se constata das fotos acima), a Recorrida solicitou a um dos mais experientes avaliadores de imóveis da região, o Sr. Antonio Mudesto Silva Trancoso, CRECI nº4462/BA, a emissão de Laudo de Avaliação em relação ao referido imóvel (**Anexo 2**).

E a constatação irrefutável foi que **nem de longe** o imóvel apresentado possui valor de mercado de R\$ 113.000,00. Na realidade, o valor venal do imóvel **não passa de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)**, conforme evidenciado no Laudo de Avaliação em anexo (**Anexo 2**), de onde se extrai o seguinte excerto:

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:

Localização: O imóvel está localizado na Rua do Canal, nº 451, povoado de Mirorós, Ibipêba – BA.

Área: área total 48 m² de construção (6 m x 8 m) na parte térrea; 36 m² na parte superior (6 m x 6 m), com total de área construída de 84 m², acrescido de mais 48 m² de área de fundos não construída (quintal)

Infraestrutura urbana: água encanada e energia. Não dispõe de serviços públicos de coleta de lixo, esgotamento sanitário e calçamento.

AValiação / VALOR VENAL DO IMÓVEL AVALIANDO:

| Item | Discriminação | Área (m²) | Valor R\$ | |
|----------------------------|--|-----------|-----------|-----------|
| | | | Unitário | Total |
| 01 | Parte térrea com laje pré-moldada | 36 | 600,00 | 21.600,00 |
| 02 | Parte superior coberta com telhas de cimento amianto | 36 | 300,00 | 10.800,00 |
| 03 | Área anexa no fundo (Puxadinho) | 12 | 200,00 | 2.400,00 |
| 04 | Quintal sem construção com cerca de estacas | 48 | 100,00 | 4.800,00 |
| Valor total estimado | | | R\$ | 39.600,00 |

Observações:

Para determinação do valor venal do imóvel avaliando, utilizou-se o método comparativo de dados de mercado, que consiste em obter o valor venal a vista para o imóvel, pela comparação com elementos amostrais existentes na praça, dentro de um padrão semelhante, que estejam em oferta ou tenham sido negociados recentemente.

Visita “in loco” para reconhecimento, levantamento de dados e arquivo fotográfico efetuada em 06/10/2023.

Constatei a existência de um loteamento localizado a 200 m em linha reta do imóvel avaliando, conhecido como Loteamento de Beto Lélis, cujos lotes têm 7,0 m x 20,0 m, totalizando 140 m², sendo atualmente comercializados a 50,00 / m², ou seja R\$7.000,00 / lote.

O expert fez questão de registrar, além do valor real do imóvel, que, na mesma localidade, os lotes **muito maiores que o indicado pela Recorrida** são comercializados no valor máximo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Observem que o referido imóvel sequer tem escritura pública, nem muito menos registro cartorário. Aliás, em vistoria no local, foi constatado que o imóvel **não é de posse exclusiva da Sra. Carmen**, ele é identificado pelos vizinhos como imóvel possuído pela família Pereira Gomes.

O que se constata de tudo isso é que, muito ao contrário do quanto alegado pela parte Recorrida, o imóvel apresentado **não satisfaz** o requisito de patrimônio líquido correspondente a 10% do valor de referência do Lote 103.

Some-se a isso, ainda, o fato de que, em relação ao ano-calendário 2021, o imóvel não constava na DIPF. Tudo indica que também na Declaração de Imposto de Renda do ano-calendário 2022, exercício 2023, não constava o referido imóvel. Tanto é verdade, que a DIPF apresentada é **retificadora**, ou seja, a versão original sofreu alteração e, muito provavelmente, para inserir o imóvel apontado como patrimônio da Recorrida. Vejam:

| NOME: CARMEN PEREIRA GOMES SILVA | | IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA | |
|--|--|---------------------------------------|----------------|
| CPF: 217.964.478-70 | | EXERCÍCIO 2023 | |
| DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL | | ANO-CALENDRÁRIO 2022 | |
| IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE | | | |
| Nome: | CARMEN PEREIRA GOMES SILVA | CPF: | 217.964.478-70 |
| Data de Nascimento: | 11/11/1974 | Título Eleitoral: | 068398090531 |
| Possui cônjuge ou companheiro(a)? | Sim | CPF do cônjuge ou companheiro(a): | 768.205.485-91 |
| Houve alteração de dados cadastrais? | Não | | |
| Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? | Não | | |
| Endereço: | RUA DO CANAL, POVOADO MIROROS | Número: | 451 |
| Complemento: | CASA | Bairro/Distrito: | CENTRO |
| Município: | IBIPEBA | UF: | BA |
| CEP: | 44870-000 | DDD/Telefone: | |
| E-mail: | | DDD/Celular: | |
| Natureza da Ocupação: | 42 - SERVIDOR PÚBLICO DE AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO MUNICIPAL | | |
| Ocupação Principal: | 291 - PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL | | |
| Tipo de declaração: | Declaração Retificadora | | |
| Nº do recibo da declaração anterior do exercício de 2023: | 41.78.42.88.29-20 | | |

Ora, se a Recorrida não possui o patrimônio líquido mínimo exigido – além de fazer chicana com a coisa pública -, salta aos olhos que **a sua inabilitação é medida que se impõe, por expressa violação aos subitens 4.1 e 8.1.1, “g”, ambos do Edital em exame.**

3.1.2. Os lotes arrematados por parentes da Recorrida até o presente momento não foram objeto de cultivo

Mais um traço da **chicana** perpetrada pela Recorrida é o histórico dos seus familiares no trato com a coisa pública.

Os irmãos da Recorrida, os Srs. Ocelmário Pereira Gomes e Océlio Pereira Gomes, vencedores, respectivamente, dos Lotes 13 e 35, na Licitação de concessão de CDRU ocorrida em 2015, até a presente data (mais de 8 anos depois) sequer

se dignaram a iniciar o plantio e manejo do solo de forma adequada. Observem as fotos abaixo:

Fotos do Lote 13, arrematado pelo Sr. **Ocelmário Pereira Gomes**:





Fotos do Lote 35, arrematado pelo Sr. **Océlio Pereira Gomes**:



O histórico familiar já denuncia as cenas do próximo capítulo em relação à Sra. Carmen Pereira Gomes, ora Recorrida: mais um caso de descaso com a coisa pública.

A prática de condutas como essa viola frontalmente a finalidade de celebração do Contrato de CDRU, conforme explicitado no subitem 5.1, *in verbis*:

5. DESCRIÇÃO GERAL

5.1. Finalidade

A finalidade da celebração do Contrato de CDRU para os grupos de lotes/lotes remanescentes da Etapa 1 do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê é criar condições que possibilitem o uso produtivo das áreas que compõem as Áreas Irrigáveis e de Áreas Não Irrigáveis, mediante empreendimentos agrícolas, e/ou agropecuários, promovendo-se a função social da terra e o desenvolvimento econômico da região.

É firme nessas razões que a inabilitação da Sra. Carmen Pereira Gomes é medida que se impõe.

Mas não é só! Não são essas as únicas razões pelas quais a Recorrida deve ser inabilitada. Há outras irregularidades por ela praticadas e não apreciadas pela Douta Comissão. Vejamos:

3.2. Do não preenchimento dos requisitos de qualificação técnica: nulidade do Plano de Implementação

Como um dos requisitos de habilitação no subquesto “Qualificação Técnica”, o subitem 8.2, “c”, do Edital exige do Licitante a apresentação do **Plano de Implantação Agrícola** e acerca do seu conteúdo dispõe o seguinte:

- i. A organização e conteúdo do Plano de Implantação Agrícola deverá seguir, minimamente, as diretrizes gerais constantes do Anexo I do Termo de Referência.
- ii. A proponente tem plena liberdade de formular seu próprio modelo e de desenvolver sua proposta segundo princípios que julgar mais apropriados. As referências fornecidas no Termo de Referência são indicadoras e não necessariamente cerceadoras da capacidade criativa da proponente.

A seu turno, o Anexo I do Termo de Referência dispõe acerca das Diretrizes Gerais da implantação da atividade agrícola a ser desenvolvida pelo Licitante vencedor. O referido documento segmenta as Diretrizes Gerais em dois pilares fundamentais: (i) Cronograma de Implantação e (ii) Avaliação econômica social.

Acerca do conteúdo do Cronograma de Implantação, assim dispõe o Anexo I do Termo de Referência:

1. Cronograma de Implantação

- a) O proponente deverá apresentar um **Plano de Gestão da Produção, com cronograma físico de exploração da área pretendida**, considerando como período mínimo o prazo do maior ciclo de cultivo, ou se para cultivos anuais ou para pecuária, num prazo de 04 (quatro) anos, incluídos nesse período o projeto e implantação do sistema de irrigação OnFarm, desmatamento e preparo do solo, bem como a aprovação do financiamento bancário. **O cronograma deve prever o início de ocupação da área concedida em até no máximo 06 meses, contados a partir da assinatura do contrato de concessão.**
- b) **O cronograma de ocupação das unidades parcelares deverá garantir que, a partir da assinatura do contrato de concessão, 50% da área concedida esteja com a cultura implantada até o segundo ano e que, no prazo máximo de 04 anos, a implantação da área irrigável esteja 100% em produção.**
- c) Aprovada a proposta do licitante e, com o contrato de CDRU já assinado, o Plano de Gestão da Produção deverá ser submetido à EQUIPAV AGROPECUÁRIA E IRRIGAÇÃO SPE S.A., para compor o plano anual de trabalho do Projeto Baixo de Irecê – Etapas 1 e 2. Caso haja alterações no Plano de Gestão da Produção, esta dependerá de aprovação da EQUIPAV AGROPECUÁRIA, com aval da Codevasf e, havendo a necessidade de suplementação na outorga de água, esta dependerá também de prévia autorização da Agência Nacional de Águas.

Destacamos em amarelo alguns pontos do Cronograma de Implantação que foram justamente os que solenemente descumpriu a Recorrida, conforme se demonstrará mais adiante.

Já em relação à Avaliação Econômica Social, assim dispõe o Anexo I do Termo de Referência:

2. Avaliação econômica social

Compõe também o Plano de Gestão da Produção, avaliação econômica social de custos e receitas, contendo a base de cálculos e os princípios econômicos, financeiros e fiscais que nortearam a sua formulação, comprovando que a unidade parcelar com o plano de exploração proposto será economicamente viável.

A avaliação econômica deverá se basear na evolução das produções num determinado período de tempo e nas tendências de diferentes sistemas de cultivo, a exemplo de: monocultura, consorciados e de baixo, médio ou alto nível tecnológico, projetados para esse período.

Como se observa, é obrigação do Licitante observar certos requisitos quando da elaboração do Plano de Implementação, requisitos estes que vão desde um **factível cronograma de execução**, indo até uma **exequível proposta econômico-financeira**.

Todavia, quando se observa o Plano de Implementação Agrícola apresentado pela ora Recorrida em relação ao Lote 103, percebe-se que as

irregularidades e vícios são de tamanha monta, que ensejam, inclusive, a sua nulidade e, consequentemente, a sua inutilidade para o presente certame.

Vejamos cada um desses vícios que encetam a nulidade do Plano de Implantação Agrícola ora impugnado:

3.2.1. Da inexecuibilidade do Plano de Implementação Agrícola apresentado pela Sr^a Carmen

A proposta financeira apresentada levou em consideração o valor-base indicado pela CODEVASF no instrumento convocatório, quando deveria levar em consideração o valor da proposta apresentada.

Trata-se, pois, de manifesta inexecuibilidade da proposta comercial apresentada. Explica-se:

De saída, vejamos o cronograma de amortização do investimento ao longo dos 35 (trinta e cinco) de exploração da área que fora apresentado pela licitante ora Recorrida:

| AMORTIZAÇÃO CODEVASF | | | |
|----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor Proposto: | R\$ 1.085.423,85 | |
| Ano | Valor Inicial (R\$) | Amortização (R\$) | Valor Final (R\$) |
| 1 | R\$ 1.085.423,85 | R\$ - | R\$ 1.085.423,85 |
| 2 | R\$ 1.085.423,85 | R\$ - | R\$ 1.085.423,85 |
| 3 | R\$ 1.085.423,85 | R\$ - | R\$ 1.085.423,85 |
| 4 | R\$ 1.085.423,85 | R\$ - | R\$ 1.085.423,85 |
| 5 | R\$ 1.085.423,85 | R\$ 35.013,67 | R\$ 1.050.410,18 |
| 6 | R\$ 1.050.410,18 | R\$ 35.013,67 | R\$ 1.015.396,51 |
| 7 | R\$ 1.015.396,51 | R\$ 35.013,67 | R\$ 980.382,84 |
| 8 | R\$ 980.382,84 | R\$ 35.013,67 | R\$ 945.369,17 |
| 9 | R\$ 945.369,17 | R\$ 35.013,67 | R\$ 910.355,50 |
| 10 | R\$ 910.355,50 | R\$ 35.013,67 | R\$ 875.341,83 |
| 11 | R\$ 875.341,83 | R\$ 35.013,67 | R\$ 840.328,16 |
| 12 | R\$ 840.328,16 | R\$ 35.013,67 | R\$ 805.314,49 |
| 13 | R\$ 805.314,49 | R\$ 35.013,67 | R\$ 770.300,82 |
| 14 | R\$ 770.300,82 | R\$ 35.013,67 | R\$ 735.287,15 |
| 15 | R\$ 735.287,15 | R\$ 35.013,67 | R\$ 700.273,48 |
| 16 | R\$ 700.273,48 | R\$ 35.013,67 | R\$ 665.259,81 |
| 17 | R\$ 665.259,81 | R\$ 35.013,67 | R\$ 630.246,14 |
| 18 | R\$ 630.246,14 | R\$ 35.013,67 | R\$ 595.232,47 |
| 19 | R\$ 595.232,47 | R\$ 35.013,67 | R\$ 560.218,80 |
| 20 | R\$ 560.218,80 | R\$ 35.013,67 | R\$ 525.205,13 |
| 21 | R\$ 525.205,13 | R\$ 35.013,67 | R\$ 490.191,46 |
| 22 | R\$ 490.191,46 | R\$ 35.013,67 | R\$ 455.177,79 |
| 23 | R\$ 455.177,79 | R\$ 35.013,67 | R\$ 420.164,12 |
| 24 | R\$ 420.164,12 | R\$ 35.013,67 | R\$ 385.150,45 |
| 25 | R\$ 385.150,45 | R\$ 35.013,67 | R\$ 350.136,78 |
| 26 | R\$ 350.136,78 | R\$ 35.013,67 | R\$ 315.123,11 |
| 27 | R\$ 315.123,11 | R\$ 35.013,67 | R\$ 280.109,44 |
| 28 | R\$ 280.109,44 | R\$ 35.013,67 | R\$ 245.095,77 |
| 29 | R\$ 245.095,77 | R\$ 35.013,67 | R\$ 210.082,10 |
| 30 | R\$ 210.082,10 | R\$ 35.013,67 | R\$ 175.068,43 |
| 31 | R\$ 175.068,43 | R\$ 35.013,67 | R\$ 140.054,76 |
| 32 | R\$ 140.054,76 | R\$ 35.013,67 | R\$ 105.041,09 |
| 33 | R\$ 105.041,09 | R\$ 35.013,67 | R\$ 70.027,42 |
| 34 | R\$ 70.027,42 | R\$ 35.013,67 | R\$ 35.013,75 |
| 35 | R\$ 35.013,75 | R\$ 35.013,67 | R\$ 0 |

Conforme se observa, a Recorrida levou em consideração o valor de referência apresentado pela CODEVASF, ou seja, R\$1.085.423,85, **quando o correto seria apresentar o quadro de amortização tendo-se por base a proposta por ela apresentada, qual seja: R\$2.013.000,13.**

Ora, ao apresentar um planejamento de amortização do investimento em valor infinitamente inferior ao valor proposto, percebe-se que a sua proposta comercial é **manifestamente inexecutável**, haja vista a amortização de R\$ 35.013,67 ao ano que fora sugerida pela Recorrida NÃO será suficiente para cobrir o investimento de R\$2.013.000,13.

Muito ao contrário, com a amortização de R\$ 35.013,67 por ano, durante os 35 (trinta e cinco) anos de exploração, **ao final ainda remanescerá o saldo de devedor de R\$ 927.576,28** (novecentos e vinte mil, quinhentos e setenta e seis mil reais e vinte e oito centavos), ainda pendente de atualização.

O que se observa é que **o Plano de Amortização apresentado pela parte Recorrida é manifestamente inexecutável**, pois não terá o condão de adimplir junto à CODEVASF a sua obrigação financeira relativa à CDRU.

Por essa razão, considerando a inexecutabilidade do plano de amortização apresentado pela Sr^a Carmen, a sua **inabilitação é medida que se impõe.**

Todavia, não obstante tão relevante vício existente na proposta, há ainda outro, sob a ótica financeira que revela ainda mais a falta de manejo com a coisa pública.

Observem, Nobres Julgadores, que, na tabela de cálculo de impostos, observa-se que foram considerados (inclusive escrito no cabeçalho) os tributos devidos por **pessoa jurídica**, os quais foram listados no rodapé: Funrural pessoa jurídica; IRPJ; CSLL; PIS e COFINS, enquanto que o plano está sendo apresentado por pessoa física, a Sr^a Carmen:

| | |
|---|--|
| Observação: | |
| Lucro Presumido = 8% da receita bruta anual | |
| Funrural Pessoa Jurídica = 2,1% sobre a receita bruta | |
| IRPJ = 12% sobre lucro presumido | |
| CSLL = 9% sobre lucro presumido | |
| PIS = 1,65% sobre lucro presumido | |
| Cofins = 3% sobre lucro presumido | |

Ora, tratando-se de pessoa física, é evidente que não se aplicam os tributos: Funrural, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que são tributos próprios das pessoas jurídicas.

Nessa ordem de ideias, ao deixar de apresentar a tributação pertinente à pessoa física, a Recorrida cometeu nulidade insanável em sua proposta, haja vista que **não dimensionou a tributação pertinente à operação apresentada**.

O que se constata de tudo isso é que, também por esse motivo, **o Plano de Implementação é manifestamente nulo, dada a sua inexecutabilidade financeira**.

3.2.2. Da nulidade do Cronograma de Implantação apresentado pela Sr^a Carmen

Não obstante os substanciosos argumentos anteriormente apontados e que, sem sombra de dúvidas, acarretará a extirpação da Recorrida do certame, há ainda mais, mas dessa feita em relação ao Cronograma de Implantação! É que a Recorrida sequer dignou-se a apresentar o Cronograma de Implantação, peça-chave na execução do plano proposta.

Vejam que não consta, da tabela do Cronograma de Implantação, qualquer referência a datas da execução das etapas propostas:

| 6.0. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|
| CRONOGRAMA FÍSICO – ANO 1 | | | | | | | | | | | | |
| ATIVIDADE/MÊS APÓS CONTRATO CDRU | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 1.0 PREPARO DA ÁREA | | | | | | | | | | | | |
| 2.0 INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRIGAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| 3.0 PLANTIO | | | | | | | | | | | | |
| 4.0 CONSTRUÇÃO DE CASA | | | | | | | | | | | | |
| 5.0 CONSTRUÇÃO DE CERCA | | | | | | | | | | | | |
| 6.0 CONSTRUÇÃO DO GALPÃO | | | | | | | | | | | | |
| 7.0 INSTALAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO | | | | | | | | | | | | |
| 8.0 CONSTRUÇÃO DA CASA DE BOMBA | | | | | | | | | | | | |
| 9.0 CALAGEM DE SOLO | | | | | | | | | | | | |

Ora, o pressuposto de qualquer cronograma é que haja, de forma bem definida, **as datas de início e de fim de cada etapa a ser executada**. Mas, em uma tabela completamente em branco, desprovida de qualquer informação acerca das datas

do cronograma, como é possível tal documento ser chamado de “Cronograma de Implantação”?

Apresentar uma tabela em branco é o mesmo que nada ter apresentado!

E longe de ser um mero capricho, o **Cronograma de Implantação é de suma importância para o Projeto Baixios de Irecê**, haja vista que a empresa EQUIPAV AGROPECUÁRIA E IRRIGAÇÃO SPE S.A. precisa se programar para o fornecimento dos recursos hídricos, de acordo com o cronograma que deveria ter sido proposto. Trata-se de aplicação do princípio da eficiência, tão caro à Administração Pública.

Sem esse cronograma explícito de forma clara, **é impossível que haja programação adequada e eficiente da gestão dos recursos hídricos empregados no projeto.**

Nessa ordem de ideias, ao deixar de apresentar o Cronograma de Implementação, a licitante Recorrida contraria frontalmente as Diretrizes Gerais do programa, sobretudo no que se refere ao teor da alínea “a” do item 1 “Cronograma de Implantação” do Anexo I do Termo de Referência, *in verbis*:

i.O proponente deverá apresentar um Plano de Gestão da Produção, com cronograma físico de exploração da área pretendida, considerando como período mínimo o prazo do maior ciclo de cultivo, ou se para cultivos anuais ou para pecuária, num prazo de 04 (quatro) anos, incluídos nesse período o projeto e implantação do sistema de irrigação *OnFarm*, desmatamento e preparo do solo, bem como a aprovação do financiamento bancário. O cronograma deve prever o início de ocupação da área concedida em até no máximo 06 meses, contados a partir da assinatura do contrato de concessão.

O que se observa de tudo isso é que a ausência do cronograma de implantação macula de **nulidade insanável o Plano de Implantação apresentado pela licitante ora Recorrida**, razão pela qual a sua inabilitação, também por essa razão, é medida que se impõe.

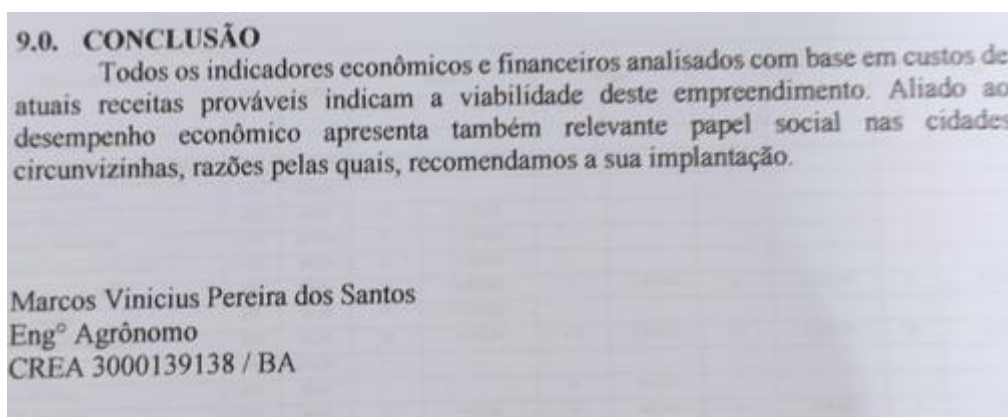
Mas não é só! Há diversos outros vícios no Plano de Implementação (ou Plano de Gestão da Produção) – num verdadeiro “show de horrores” – que o tornam absolutamente nulo. Vejamos:

3.2.3. Da apocrificidade do documento apresentado

Não bastassem as diversas nulidades constantes do Plano de Implementação apresentado pela parte Recorrida, ainda há mais!

Estar-se a falar neste momento ao fato de que **sequer fora assinado o referido documento.**

Com efeito, conforme se observa da última página do Plano de Implementação apresentado pela Recorrida, o suposto engenheiro agrônomo que subscreve o referido documento sequer assinou o seu trabalho:

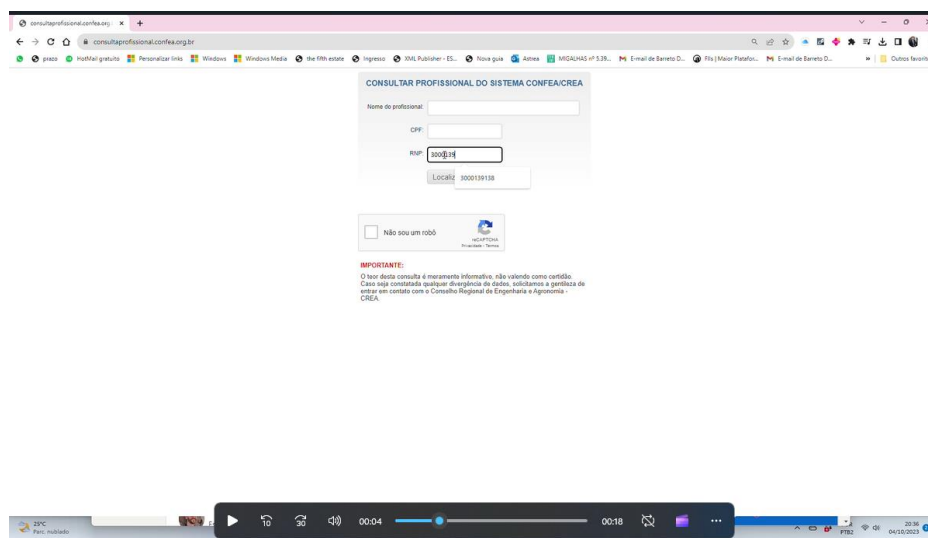


Ora, se o Plano de Implementação não se encontra assinado pelo seu responsável técnico, nem muito menos pelo próprio licitante, **ele não tem validade alguma.** Tratam-se, pois, de simples escritos, mas sem qualquer validade jurídica.

Com efeito, a assinatura do Plano de Implementação, quer pela própria Licitante, quer por algum técnico-agrícola, é condição de validade do documento. E a ausência de assinatura, torna-o eivado de nulidade.

Ademais, ainda que o suposto autor do Plano de Implementação tivesse apostado sua assinatura no documento, ainda assim ele seria nulo. Explica-se:

Em pesquisa feita junto ao site do CONFEA, verificou-se que o CREA de nº 3000139138/BA não existe, conforme se observa do vídeo abaixo:



Acesso à íntegra do vídeo pelo link:

<https://www.dropbox.com/scl/fi/zbjxabkusy6wdqvnf6oxr/Grava-o-de-tela-que-prova-que-a-inscri-o-do-engenheiro-agr-nomo-inexistente.mp4?rlkey=lxrbo36jdlk1n4q8cqnygab6h&dl=0>

O que constata é que, ainda que estivesse assinado o documento, faltaria capacidade técnica para o suposto “engenheiro agrônomo” assinar o documento, haja que sequer possui inscrição regular junto ao órgão de classe respectivo.

Nesse diapasão, é inegável que também por essa razão é absolutamente nulo o Plano de Gestão da Produção apresentado pela parte Recorrida.

3.2.4. Da inexequibilidade do Plano de Implementação sob o ponto de vista técnico-agrícola

Também sob a ótica técnico-agrícola, o Plano de Gestão da Produção é **infestado de irregularidades**. Citemos algumas delas:

No que se refere ao preparo da área, por exemplo, a Recorrida fez previsão de aplicação de calcário equivalente à 3,0 toneladas por há. Tal dimensionamento revela **total desconhecimento das características da área em foco**, que apresenta pH praticamente neutro.

Vejam como do Plano de Gestão da Produção apresentado:

b) **Distribuição e incorporação de corretivo de fertilidade (calagem)** – a ser realizada com tratores de pneus, distribuidores mecânicos. Será quantificado com base em análise química do solo. Para efeitos de composição de custos neste plano, consideramos a aplicação de 3,0 T/há de calcário dolomítico. A incorporação deste corretivo será executada com arado/ grade aradora, em duas passagens cruzadas, seguindo-se a catação manual de restos raízes e tocos que aflorem. Após esta etapa, no prazo de 60 a 90 dias o solo estará apto para plantio.

A impropriedade do uso do calcário para correção do solo evidencia o total desconhecimento da área pela parte Recorrida. É que, considerando o pH neutro da área em questão, é absolutamente desnecessário de calcário para correção do solo.

Tal **aberrante propositura** demonstra o **total descaso com a área objeto de disputa**, bem como a falta de apreço com a coisa pública por parte da Recorrida.

Além disso, o custo de preparo da área está estimado em R\$800,00/há. Tal dimensionamento é totalmente incoerente com a realidade do solo e compromete todos os cálculos de custos de implantação da lavoura. O custo real é bem superior. Somente a título de exemplo informa-se que, nos financiamentos recentes do Banco do Nordeste S/A para a área em foco, este item foi orçado em R\$4.200,00

Essas são apenas algumas das irregularidades constantes do Plano de Implementação sob a ótica técnico-agrícola. Diversas outras ainda remanescem. O fato é que, considerando também a enormidade de vícios do ponto de vista técnico, macula de nulidade absoluta o Plano de Gestão de Produção proposto, o que impõe a inabilitação da Recorrida do certame em tela.

3.3. Das declarações inverídicas: possível prática de ilícito penal pela Recorrida

Quando da entrega da Carta de Apresentação, a licitante Recorrida apontou que era experiente na área da agricultura irrigada.

Ocorre, porém, que em pesquisa *in locu*, constatou-se que a Recorrida exerce a atividade de professora em escola pública municipal há mais de 30 (trinta) anos, praticando carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Ora, considerando a longa atividade como professora, bem como considerando o tempo de dedicação semanal ao seu ofício, pergunta-se: em que

momento o seu dia que a Sr^a Carmen logrou êxito em dedicar-se à atividade agrícola irrigável?

Será que se trata de declaração realmente verdadeira?

Não se sabe ao certo, mas o fato é que é no mínimo curioso a alegação de possuir expertise em agricultura irrigável, quando confrontada com a jornada de trabalho da Recorrida.

Ante tal circunstância, o Recorrente **requer que seja oficiado o Ministério Público a fim se seja apurado eventual prática delituosa nos presentes autos.**

4. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Ante o exposto, a Recorrente requer o conhecimento e provimento do presente Recurso Administrativo, **para, reformando-se a decisão administrativa consignada na Ata 004/2023, declarar a inabilitação da Sra. Carmen Pereira Gomes Silva, em relação ao Lote 103, pois conforme minuciosamente demonstrado acima, a licitante em exame não preenche, nem minimamente, os requisitos de habilitação.**

Nestes termos, pede deferimento.

Irecê/BA, 10 de outubro de 2023.

AGROTECH BARRETO AGROPECUÁRIA LTDA.

Edvaldo Costa Barreto Júnior

Sócio-administrador

OAB/BA 64.944



LISTA DE ANEXOS:

ANEXO 1: CONTRATO SOCIAL

ANEXO 2: LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL APRESENTADO PELA RECORRIDA

Recurso Administrativo - Edital n 08_2023 - CDRU, Lote 103.docx

Documento número #cf4853ca-a78a-4e52-bf19-9bc0466053dd

Hash do documento original (SHA256): 2a4cc58f72471fe733a9440ca8eee149a6e008dfbbdb41e8fd1b7793a39e27a5

Assinaturas

✓ **Edvaldo Costa Barreto Júnior**

CPF: 008.594.775-09

Assinou como representante legal em 10 out 2023 às 10:05:00

Log

- 10 out 2023, 09:29:24 Operador com email camilla@abdf.adv.br na Conta 62bd7423-c3f2-4f16-bad8-6b82582ccc49 criou este documento número cf4853ca-a78a-4e52-bf19-9bc0466053dd. Data limite para assinatura do documento: 09 de novembro de 2023 (09:27). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 10 out 2023, 09:29:25 Operador com email camilla@abdf.adv.br na Conta 62bd7423-c3f2-4f16-bad8-6b82582ccc49 adicionou à Lista de Assinatura: e.barreto@barretodolabella.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Edvaldo Costa Barreto Júnior e CPF 008.594.775-09.
- 10 out 2023, 10:05:00 Edvaldo Costa Barreto Júnior assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail e.barreto@barretodolabella.com.br. CPF informado: 008.594.775-09. IP: 189.6.7.30. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.8376538 e longitude -48.02836. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.629.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 10 out 2023, 10:05:02 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cf4853ca-a78a-4e52-bf19-9bc0466053dd.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº cf4853ca-a78a-4e52-bf19-9bc0466053dd, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.